

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social

*Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos*

COMBATE
À POBREZA:
UM DESÍGNIO
NACIONAL |

17/18
OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos

*“O regresso à austeridade já aí está, só não vê quem não quer.
Se eu não consigo auferir para fazer face às minhas
necessidades e o custo de vida a aumentar, vivemos numa
austeridade camuflada.”
Conselho Nacional de Cidadãos, 2023*

Introdução

O momento histórico que vivemos é muito desafiante e incerto. Aos problemas estruturais do país que todos já conhecemos, somam-se outros que decorrem da conjuntura internacional e que estão a ter, e terão no futuro, um impacto muito significativo no bem-estar e nas condições de vida dos portugueses e portuguesas. A subida dos preços da energia, dos bens alimentares, dos combustíveis são evidentes e geram impactos diretos e imediatos nas famílias. De acordo com o Eurobarómetro do Parlamento Europeu (janeiro de 2023)[1], “o aumento do custo de vida é a maior preocupação de 93% dos cidadãos da União Europeia e de 98% dos portugueses”.

Para atenuar estes efeitos vão sendo adotadas medidas avulso e de carácter transitório. Todavia, se é essencial que existam medidas que ajudem a colmatar este impacto e que não permitam uma maior degradação das condições de vida das pessoas, não podemos ignorar que estas medidas não têm qualquer impacto nas causas da pobreza.

Na Cimeira das Pessoas[2] que a EAPN Portugal e a EAPN Europa realizaram em março deste ano foi dado o alerta para o facto de parecer que os Governos nacionais não perceberem que a pobreza está profundamente enraizada na nossa economia. Agora, mais do que nunca, é tempo de implementar mudanças estruturais a longo prazo e de colocar as pessoas no centro das políticas. As medidas de emergência são efetivamente importantes, mas não conduzem a mudanças estruturais. Para muitos membros da EAPN Portugal, as medidas de emergência tornaram-se a nova norma e a resposta a dar a questões profundamente estruturais.

[1] Este relatório estatístico europeu baseia-se em entrevistas feitas a 26 431 cidadãos pertencentes a Estados-membros da União Europeia, dos quais 1 028 cidadãos portugueses.

<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2932>

[2] Cimeira das Pessoas: Não há Europa Social sem Direitos Sociais, Documento de conclusões, EAPN Portugal e EAPN Europa, maio de 2023. Disponível em: <https://www.eapn.pt/dimensao-europeia/conclusoes-da-cimeira-das-pessoas-nao-ha-europa-social-sem-direitos-sociais/>

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos Locais de Cidadãos

Introdução

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (ENCP), aprovada em Conselho de Ministros, em finais de 2021, é um instrumento de política pública fundamental para garantir a prevenção das situações de pobreza e delinear medidas estruturais com efeitos eficazes na resolução deste problema multidimensional. Para alcançar este desígnio de mudança, consideramos que é necessário garantir e fomentar a participação das entidades da sociedade civil e das próprias pessoas que vivem em situação de pobreza, num verdadeiro processo de construção partilhada e de corresponsabilização no combate à pobreza.

Num cenário atual de agravamento das condições de vida, convidámos os Conselhos Locais de Cidadãos/ãs promovidos pela EAPN Portugal, a refletirem em conjunto sobre estes impactos, cruzando visões sobre o panorama atual da pobreza em Portugal e a situação social das pessoas, nomeadamente, em termos do acesso a bens e serviços.

Refletiremos em seguida neste documento os principais testemunhos e contributos deixados pelos mesmos/as, bem como um conjunto de ideias e mensagens-chave que permitem uma atuação firme e concreta sobre as várias dimensões da pobreza e a exclusão, restituindo dignidade à vida dos/as cidadãos/ãs e que darão corpo a uma Carta Aberta aos/às decisores/as políticos/as, que apresentaremos publicamente no próximo dia 17 de outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

17/18
OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



*Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos*

Panorama da pobreza em Portugal

A pobreza em Portugal é estrutural e tem, como é sabido, características geográficas acentuadas na sua distribuição e pouca homogeneidade entre os vários grupos sociais.

Foi, todavia, relativamente consensual entre os/as cidadãos/ãs a definição dos principais assuntos (e preocupações) no que diz respeito às situações de pobreza e exclusão social em Portugal, motivadas pelas crescentes dificuldades em fazer face ao elevado custo de vida.

A inflação é a responsável pela subida dos preços dos bens essenciais, na alimentação, na energia, nos transportes/combustíveis e está a ter um impacto significativo na vida das famílias.

A sobrecarga das despesas com a habitação é particularmente preocupante para as pessoas e configura-se a vários domínios:

- no aumento substancial das prestações aos bancos para famílias com crédito à habitação, com natural prejuízo de outras despesas necessárias
- no aumento dos preços do arrendamento ao nível nacional incompatível com os rendimentos das famílias, que condiciona a acessibilidade à habitação para muitas famílias e jovens em início de vida independente.
- no agravamento das condições de habitabilidade (em prédios e casas mais antigos) e soluções inadequadas (tendas, barracas, carrinhas) ou de habitação precária (em sobrelotação) para pessoas em situação de maior vulnerabilidade (ex.: migrantes, beneficiários de RSI, comunidades ciganas)

Conceitos, aparentemente novos, como a pobreza alimentar, a pobreza energética e pobreza habitacional proliferaram nos discursos dos cidadãos/ãs. Numa economia sustentada em baixos salários e pensões de reforma, com um peso considerável da economia informal, do emprego precário e uma distribuição desigual de rendimentos, é muito real e sentida a incapacidade financeira para atender, no atual contexto, a todas as necessidades do indivíduo, seja no acesso a uma alimentação adequada, com padrões nutricionais básicos ou para manter a casa adequadamente aquecida, além das despesas gerais e com a habitação.

Não subsiste qualquer margem de manobra para despesas extraordinárias, sendo frequente a opção por determinadas despesas em detrimento de outras não menos básicas e urgentes, adotando-se um mecanismo de “gestão da escassez”, o que redundará numa séria degradação das condições de vida, sobretudo em grupos mais vulneráveis e expostos à pobreza, como é o caso dos idosos.

Em face do desequilíbrio crescente entre o rendimento nominal das famílias e o seu poder de compra, o Governo tem vindo a implementar medidas de apoio para atenuar o impacto do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços.

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



*Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos*

Panorama da pobreza em Portugal

Todavia, medidas de travão à inflação, tal como o IVA zero, não parecem ter tido o efeito desejado em termos de impacto no rendimento das famílias.

Também as medidas de apoio extarordinário, direcionadas às famílias mais vulneráveis, funcionam como paliativos, em grande parte porque não alteram substancialmente as situações de precariedade.

Em dezembro de 2021 o Governo assumiu um compromisso único no combate à pobreza quando aprovou a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, como elemento central do objetivo de erradicação da pobreza, enquadrado no desafio estratégico de redução das desigualdades. Poderemos ter aqui uma oportunidade de desenvolver uma abordagem integrada e intersetorial de combate à pobreza e de promoção dos Direitos Sociais, pese embora, até ao momento não conheçamos ainda o seu plano de ação.

A referência à Estratégia é, no entanto, relevante pois algumas das medidas que procuram responder às necessidades mais prementes das famílias mais vulneráveis estão aqui inscritas.

No seu Eixo 6, a Estratégia preconiza o combate à pobreza como um desígnio nacional, ou seja, o reconhecimento de que há um problema comum que é de todos/as e cuja resolução implica a construção de um quadro de políticas nacionais baseado numa perspetiva integrada da luta contra a pobreza e a exclusão social, inspirada nos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, essenciais para garantir mercados de trabalho e sistemas de proteção social justos e eficazes, estruturados em torno de três áreas:

- igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho;
- condições de trabalho equitativas;
- proteção social e inclusão social.

Neste contexto, tal como a EAPN Portugal advoga, a participação, sobretudo das pessoas mais vulneráveis revela-se imprescindível para a construção de uma sociedade mais participada e democrática.

17/18
OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos Locais de Cidadãos

Acesso a bens e serviços

A crise económica e financeira que atingiu o seu auge nos anos de 2013 e 2014 levou à pobreza milhares de pessoas em Portugal. Mais 143 mil pessoas entraram em risco de pobreza monetária entre 2011 e 2013 e estima-se que entre 150 e 200 mil portugueses tenham emigrado nos três primeiros anos dessa crise. A recuperação económica, a redução do desemprego, a recuperação de rendimentos do trabalho e de prestações sociais que se seguiram ao fim da Troika e que se prolongou até 2019 permitiram uma redução da pobreza da qual não tínhamos registo.

Mas foi uma recuperação de curta duração. Sem aviso e sem tempo para qualquer preparação veio a pandemia e com ela o medo, o isolamento, o aumento das desigualdades, o crescimento abrupto da pobreza e a dispersão da intolerância. Portugal foi o país da União Europeia com maior aumento da pobreza monetária e maior aumento das desigualdades. O ano de 2022 trouxe a esperança na recuperação, mas o início da guerra na Ucrânia despoletou um cenário de crise da inflação, com o forte e rápido aumento dos preços da energia, da habitação, dos produtos alimentares e dos transportes.

Não sendo este um documento que pretenda analisar detalhadamente os efeitos macro e microeconómicos deste contexto, sabemos de antemão que este cenário afeta principalmente as famílias e as pessoas mais vulneráveis e os/as cidadãos/ãs com rendimentos mais baixos, pelo que tentamos aqui ilustrá-los recorrendo aos testemunhos e vivências pessoais recolhidos junto dos elementos dos Conselhos Locais de Cidadãos/ãs acerca dos principais impactos do aumento do custo de vida sentidos no acesso a bens e serviços essenciais. Neste sentido, foram destacadas algumas dimensões que “afetam transversalmente a vida das pessoas”:

- Rendimentos/Salários
 - Insuficiência de rendimento disponível, isto é, a evolução dos rendimentos das famílias não acompanhou o ritmo do crescimento dos preços, o que é especialmente penalizador num país em que os rendimentos são baixos. “Os rendimentos das pessoas não aumentaram em proporção aos preços dos alimentos... os escalões do IRS não acompanham de forma adequada o aumento dos ordenados. Por exemplo, em rendimentos/ordenados mais baixos, mesmo com o seu aumento, verifica-se a diminuição real do rendimento disponível. Não há como poupar, não há estratégias possíveis.”
 - Baixos Salários e precariedade laboral: “...quando ganhamos o salário mínimo deixamos de ter qualquer tipo de apoio do Estado. Falo por mim e por milhares de portugueses que vivem sozinhos. No meu caso específico: Ordenado bruto -760 €, Quarto 350 €; Passe 48 €; Água luz gás por média 60 €, Telefone – 15 €; Farmácia- 30 €. É só fazer as contas...”. Eu ganho um ordenado e tenho dificuldade, mas quem ganha o rendimento mínimo, como é que consegue?

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos Locais de Cidadãos

- Cabaz Alimentar
 - Aumento generalizado dos preços dos produtos e bens essenciais (ex. óleo alimentar, azeite, arroz, manteiga, pão...): "... gastamos 50€ e não trazemos nada..."
 - Ineficácia da medida IVA Zero, já que "não teve qualquer tipo de repercussão no preço da alimentação, onde todas as semanas se verifica um aumento do cabaz de compras. Deveria existir um cabaz de bens essenciais com um preço estável para evitar situações de fome. Cada vez mais se houve situações de se fazer apenas uma refeição." Adicionalmente, as necessidades das pessoas não se resumem a 46 alimentos e existe um conjunto de outros produtos (com destaque para os produtos de higiene) que são essenciais à vida das pessoas e cujos preços se mantêm elevados. Pensamos muito nos bens alimentares, mas esquecemo-nos que os produtos de higiene são caros e muitas vezes considerados um "luxo". Um exemplo muito gritante é o preço dos produtos menstruais, produtos para incontinência e outros."
 - Restrições alimentares e em prejuízo da qualidade nutricional da alimentação: "Reduzi o consumo de peixe para apenas ao fim de semana ou um dia por semana. Reduzi o consumo em alimentos essenciais tais como iogurtes, carne, peixe e batatas. Teve de haver uma adequação no modo de vida. Deixámos de comprar peixe com mais frequência e mudámos no consumo de alguns bens alimentares, comemos menos verduras e fruta."
 - As pessoas queixam-se de que não conseguem comprar comida suficiente, saltam refeições, comem o que conseguem comprar e isto alerta-nos para uma realidade nova: fazemos uma alimentação que nos permite sobreviver e trabalhar, mas, com certeza, com claras deficiências de nutrição que se irão refletir no nosso desempenho e na nossa saúde a curto, médio e longo prazo."
- Despesas gerais (combustíveis e energia)
 - Dificuldades relacionadas com as questões/despesas energéticas, sobretudo no que concerne ao aumento e constantes oscilações dos preços dos combustíveis, com impacto direto na esfera laboral, já que muitos trabalhadores fazem deslocações em transporte próprio, por falta de rede de transportes públicos e horários compatíveis.
 - O aumento de custos no setor da energia tem obrigado à alteração/diminuição de hábitos de consumo: "Só cozinho uma vez por dia para evitar o consumo de gás à noite, reduzi o tempo do banho e coloquei um peso no autoclismo para a descarga ser menor."
 - O cenário das alterações climáticas e das oscilações de temperaturas (ondas de frio e calor) deixa mais vulneráveis à condição de pobreza energética as pessoas com menores rendimentos e dificuldades em fazer face ao aumento dos custos com a energia. Existe uma "impossibilidade de aquecer a casa no Inverno e refrescar no Verão, apesar das gélidas e tórridas temperaturas, devido ao aumento do custo das diferentes fontes de aquecimento (gás, luz...).

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos

- Habitação
 - A situação dos preços da habitação em Portugal afeta cada vez mais a população em geral, e em particular a mais empobrecida, e manifesta-se claramente como uma das dimensões que representa maior sobrecarga na gestão do rendimento mensal das famílias, seja pela necessidade de assegurar o pagamento de rendas ou de prestações bancárias e que simultaneamente se assume como um fator de grande vulnerabilidade à pobreza e exclusão.
 - *“As situações de despejos estão a aumentar devido ao aumento das taxas de juro na habitação e com preços muito elevados nas rendas. As pessoas têm de fazer uma ginástica financeira com o pagamento dos créditos aos bancos, que ultrapassa a sua taxa de esforço. O preço das rendas subiu subitamente, não há casas para arrendamento e as poucas que há têm preços insuportáveis para quem recebe o salário mínimo nacional”. Por sua vez, a aquisição de imóveis para habitação, revela-se nos dias de hoje, tarefa “proibitiva” para grande parte da população, seja pela escassez de oferta imobiliária a preços acessíveis ou dificuldades de acesso ao crédito bancário. Mesmo pensando em comprar e pedir empréstimo, além dos juros estarem altíssimos, o banco exige de entrada 10% do valor total, dinheiro que as pessoas não têm e depois ainda o que é necessário para as despesas inerentes (ex.: escritura).*
- Saúde e saúde mental/bem-estar
 - Necessidade de fazer “escolhas forçadas” ao nível dos cuidados de saúde, com privação da toma de medicamentos e a necessidade de “selecionar a medicação mais prioritária por falta de dinheiro”. Opções similares estão a ser tomadas nas dimensões do bem-estar pessoal e do autocuidado: Diminuí também as idas a serviços que promovem o meu bem-estar, como a estética e a restauração. O principal impacto que sinto é o isolamento, o deixar de conviver com amigos e familiares mais próximos, o deixar de cuidar de mim e por conseguinte me sentir mais em baixo. Todo este processo tem impacto na minha saúde mental e física”

17/18
OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



*Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos*

Face a estes testemunhos, os/as cidadãos/ãs têm consciência que foram implementadas um conjunto de medidas governativas de apoio às famílias (IVA zero, tarifa social, apoio extraordinário, atualização extraordinária de pensões, pacote Mais Habitação), mas que são vistas como uma ajuda insuficiente, com um impacto residual e sem capacidade de resolução estrutural dos problemas das famílias. O balanço é, pois, de baixa eficácia dado *“não produzir os efeitos necessários na vida das pessoas”*. As medidas adotadas são pontuais e deveriam *“ser continuadas no tempo, enquanto o custo de vida não baixasse”*.

Consideram ainda os/as cidadãos/ãs existir algum desconhecimento relativo aos apoios existentes, por lacunas na divulgação desta informação, burocracias nos processos de candidatura/acesso a algumas medidas, o que penaliza quem está mais vulnerável e que mais necessita desses apoios.

Embora os números nos digam que Portugal tem uma carga fiscal inferior à média da UE27, a verdade é que do ponto de vista nacional a carga fiscal subiu de forma significativa e o peso dos impostos indiretos nos orçamentos familiares é relevante. Aliado a um contexto de forte inflação e aumento das taxas de juro, num país de baixos salários e precariedade laboral, este abre caminho para uma maior vulnerabilidade e aumenta o *“descontentamento”* público.

“A austeridade é o que estamos a viver agora. É muito mais severa agora do que antes. Sentimos mais dificuldades agora do que quando estivemos no tempo oficial da austeridade, nessa altura os bens não estavam tão caros. Que adianta subir o salário mínimo nacional se depois todos os bens e serviços aumentam?”

É bastante comum questionar-se a razão do pagamento de impostos e o destino dados aos mesmos, especialmente quando os serviços públicos são apenas tendencialmente gratuitos e onde permanecem lacunas com impacto significativo na vida e no bem-estar das pessoas.

Pese embora uma parte significativa das receitas fiscais do país seja dirigida à proteção social, logo seguido da saúde, administração pública e educação, a verdade é que, quer os números, quer a voz das pessoas, traduzem uma situação social que está longe de refletir uma melhoria das suas condições de vida. *“Estamos a ver as pessoas mais ricas, que são também as proprietárias das grandes empresas e que têm mais facilidade em utilizar as diferentes leis fiscais a seu favor.”*

Por conseguinte, na promoção de um acesso universal e equitativo dos/as cidadãos/ãs aos serviços essenciais, é importante adotar medidas sustentadas num princípio de justiça fiscal, enquanto instrumento essencial para a redistribuição de riqueza e diminuição das desigualdades.

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos

Para isso é necessário investir em:

- **Políticas de Habitação:** são diversas e urgentes as possíveis medidas necessárias para atacar este “flagelo” e promover alternativas que permitam tornar a habitação acessível a todos/as:
 - Aumentar a oferta de habitação disponível e tabelar preços;
 - As autarquias começam a ter um leque de ofertas para a comunidade, mas continuam sem oferecer respostas às pessoas com deficiência, como por exemplo: existem infraestruturas para o descanso do cuidador informal.
 - **Subida das taxas de IMI** em terrenos urbanos que não estejam à espera de aprovação de projetos de construção habitacional;
 - Aumentar prazos de **isenção do pagamento do IMI** no caso de aquisição de casa própria
 - **Remodelação urgente do parque habitacional do Estado** e obrigatoriedade da sua disponibilização para arrendamento acessível;
 - **Reforçar os incentivos fiscais aos proprietários de casas devolutas/inabitadas** na condição de serem colocadas em arrendamento acessível.
 - **Permitir aos municípios a aplicação de até 2% de IMI** em todas as habitações que não sirvam de primeira habitação.
 - **Lotear terrenos no interior do país** dedicados exclusivamente a construção de **habitação pública** para primeira habitação e a preços acessíveis.
- **Saúde:** mais investimento no Serviço Nacional de Saúde (centros de saúde e médicos de família). Aumentar o número de profissionais na área da saúde oral (dentistas) e da saúde mental. Propõe-se a criação de infraestruturas/respostas psicossociais específicas tais como:
 - **Centros de dia e residenciais:** Estabelecimentos que oferecem programas de suporte diurno ou residência para pessoas com problemas de saúde mental, fornecendo atividades terapêuticas, apoio social e monitorização.
 - **Reabilitação psicossocial:** Programas de reabilitação que auxiliam os indivíduos a desenvolver capacidades sociais, profissionais e de autocuidado para facilitar a sua reintegração na comunidade.
 - **Grupos de apoio:** Organizar grupos de apoio onde os indivíduos possam partilhar experiências, receber suporte mútuo e obter informações relevantes sobre a saúde mental.
 - **Linhas de apoio e intervenção de crises:** Disponibilizar linhas telefónicas de emergência para fornecer apoio emocional e orientação em momentos de crise.

OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



*Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos*

- **Receita Fiscal:** Para que os salários pudessem aumentar, **o Estado deveria diminuir a tributação**. Se compararmos a tributação portuguesa com alguns países da zona euro chegamos à conclusão que um trabalhador português que receba um salário de 2000€ brutos é o que traz menos dinheiro para casa. Por exemplo, na nossa vizinha Espanha, um trabalhador que tenha um ordenado bruto de 2000€ é tributado em 22% e leva para casa um ordenado líquido 1560€. Em França, o mesmo trabalhador, com os mesmos 2000€ brutos é tributado em 20.3% e leva para casa, líquidos, 1594€. Em Portugal, o mesmo trabalhador, com os mesmos 2000€ brutos é tributado em 31.9% e sobram-lhe 1362€.
 - **Diminuir o IVA** dos bens de primeira necessidade (higiene habitacional, higiene pessoal, alimentos de bebés, fraldas, etc.);
 - **Promover a economia circular e os circuitos curtos na venda de determinados produtos alimentares como frutas, legumes e carne.** Este tipo de produtos produzidos pelos nossos agricultores não cumprem as regras e requisitos exigidos em termos de calibres, apesar de maior qualidade, o que faz com que as grandes superfícies importem estes produtos do estrangeiro, o que implica um aumento dos preços no consumidor final. Isto poderia ser um contributo para evitar “a morte” do sector agrícola nacional e do empobrecimento dos pequenos agricultores locais;
 - **Combate à Fraude/Evasão Fiscal:** fiscalização de possíveis situações abusivas, nomeadamente, no setor empresarial e eventuais baixas médicas fraudulentas. Criação de legislação internacional que regule e, de alguma forma, uniformize, as políticas fiscais dos diversos países.
 - Políticas fiscais de **sustentabilidade ambiental:** tributar multinacionais ou operadores económicos do setor dos pesticidas, fertilizantes, inseticidas não orgânicos, detergentes ou outros produtos altamente poluentes (pilhas, pastilhas elásticas, restos de cigarros, etc.) com um imposto especial sobre estes produtos nocivos para a saúde ou ambiente.

17/18
OUT
2023

Combate à Pobreza: um Desígnio Nacional!

XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social



Documento Síntese da Reflexão dos Conselhos
Locais de Cidadãos

Principais Mensagens

Um dos objetivos do Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social é identificar propostas e recomendações de ação para que os processos participativos que a EAPN Portugal promove possam ser verdadeiros instrumentos de combate à pobreza e exclusão social. Assim, e de forma breve, os membros dos Conselhos Locais de Cidadãos são claros nas mensagens que pretendem transmitir às entidades responsáveis por este domínio e das quais destacamos as seguintes:

- Assumir o combate à pobreza como uma prioridade política e apostar numa verdadeira participação democrática, **colocando as pessoas no “centro” das políticas públicas e enquanto participantes ativos nos processos de tomada de decisões e na procura de soluções.**
- Defender a participação cidadã e envolver ativamente os que mais diretamente sofrem com as consequências da pobreza e da exclusão social, **promovendo espaços de aproximação dos decisores políticos às pessoas** através, por exemplo, dos conselhos locais de cidadãos da EAPN Portugal.
- **Reforçar a proteção social**, em especial a que é destinada aos/às mais vulneráveis. Não criar medidas avulso, esporádicas, mas antes **combater a pobreza de uma forma estrutural e consistente.** Esta postura é importante sobretudo no período de crise que enfrentamos. **Devemos tornar efetiva a solidariedade social, tornar aplicável e realista a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.**
- **Escrutinar, de forma criteriosa, a aplicação dos instrumentos financeiros em curso, como o PRR e o Portugal 2030**, de forma a garantir que se promovem melhorias na vida das pessoas, nomeadamente as mais vulneráveis, e se criam condições para prevenir novas situações de pobreza, principalmente no contexto de crise que se vive.
- A oportunidade gerada pelos montantes de financiamento de que Portugal atualmente dispõe não pode ser desperdiçada. Porque **a pobreza não se resolve com sobras, nem medidas avulsas**, há que garantir também investimentos em áreas fulcrais como a saúde, a habitação e a educação.
- A pobreza não é só estatística, **são pessoas e vidas aniquiladas!**
- É necessário dar horizontes de esperança e dignidade às pessoas, sobretudo às gerações mais novas. Mitigar a pobreza não chega, **é necessário que se tomem medidas estruturais e não pensos rápidos**, sob pena de o futuro de muitos portugueses estar comprometido e a emigração ser a única solução.
- É hora de juntarmos a sabedoria e a inteligência de todos/as, cidadãos/ãs e classe política, para que se tomem as medidas necessárias para o empoderamento da sociedade e para sua maior participação no combate à pobreza. **Não nos podemos resignar. É urgente mudar! Não fazer nada para mudar o país em relação à pobreza e desigualdade é ser cúmplice de um Estado de injustiças e não de direitos!**

EAPN Portugal
outubro de 2023